

HABEAS CORPUS Nº 548.965 - SP (2019/0358514-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : SILVIA REGINA CATTO MOCELLIN
ADVOGADA : SILVIA REGINA CATTO MOCELLIN - SP120075
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : KAIQUE DOS SANTOS DIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

KAIQUE DOS SANTOS DIAS alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de decisão proferida por desembargador do Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 2266793-39.2019.8.26.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.**

Alegou a defesa, perante a Corte de origem, "em síntese, que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 25 de novembro de 2019, sendo-lhe atribuída a prática de tráfico de drogas e associação ao tráfico e sofre constrangimento ilegal porque: a) o decreto da prisão preventiva não está fundamentado nas circunstâncias concretas do fato; b) não há demonstração de *fumus comissi delicti* e o do *periculum libertatis*; c) mostra-se suficiente a imposição de medidas cautelares alternativas" (fl. 42).

Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta

ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula nº 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso vertente, a Corte de origem, ao manter a medida cautelar extrema, apontou que “[os policiais militares] visualizaram o paciente e Maycon, os quais dispensaram algo, sendo posteriormente encontradas 02 porções de cocaína (1,3g) ao lado do paciente e 03 porções de Cannabis sativa (5,3g) ao lado de Maycon. Disseram que Jéssica se encontrava próximo deles e nada de ilícito foi encontrado, mas em sua residência, encontraram **298 porções de Cannabis sativa (523,9g) e 44 porções de cocaína (27,4g)**, sem autorização legal ou regulamentar, além de dias balanças de precisão” (fls. 43-44, grifei).

Salientou, ainda, que “**foi apreendida quantidade expressiva de droga**, o que, a princípio, indica a presença do *periculum libertatis* e, conseqüentemente, a necessidade da manutenção da prisão preventiva para a salvaguarda da ordem pública” (fl. 44, destaquei).

A esse respeito, é imperioso ressaltar que, “consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que a quantidade, **a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva**” (RHC n. **115.823/RS**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 30/9/2019, destaquei).

Nesse sentido, destaco o seguinte precedente:

[...]

2. Hipótese em que a custódia cautelar se faz necessária para o acautelamento do meio social, **dada a gravidade concreta da conduta delitiva, pois a recorrente transportava variada e significativa quantidade de droga - 21 gramas de cocaína e 497 de maconha.**

3. A sentença penal condenatória superveniente, que não permite ao condenado o recurso em liberdade, somente

Superior Tribunal de Justiça

prejudica o exame do habeas corpus quando contiver fundamentos diversos daqueles utilizados na decisão que decretou a prisão preventiva, o que não ocorreu no caso dos autos.

4. Recurso não provido (**RHC n. 116.744/SP**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, 5ª T., DJe 12/11/2019, sublinhei).

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator